



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**TOMADA DE PREÇOS N.º 01/2019 – 07/03/2019– 10h00min (Horário local)**

**•PROTOCOLO DE ENTREGA DO EDITAL**

RAZÃO SOCIAL:.....

C.N.P.J. N.º .....

ENDEREÇO:.....

CEP ..... CIDADE / ESTADO.....

TELEFONE: ..... FAX .....

E-MAIL:.....

NOME DE PESSOA PARA CONTATO:.....

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO DA EDITAL: .....

R. G. N.º e / ou CPF N.º.....

ENDEREÇO:.....

CEP ..... CIDADE / ESTADO.....

TELEFONE: ..... FAX .....

E-MAIL: .....

**Recebemos, através do \_\_\_\_\_, cópia do instrumento convocatório acima identificado.**

PARIPUEIRA/ AL ..... de ..... de 2019.

.....

*Assinatura*



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**•EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019**

**O MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA/AL**, através da Comissão Permanente de Licitações, legalmente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, na forma da legislação pertinente a licitações e contratos administrativos, fará realizar no dia **07/03/2019, às 10:00 hs (horário local)**, na sala da CPL localizada na Av. Major Luiz Cavalcante, 147, Centro, CEP 57.935-000 - PARIPUEIRA(AL), licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019**, do **TIPO TECNICA E PREÇO, executado no regime de empreitada por preço global**, onde receberá os documentos de habilitação e proposta de preços para a contratação dos serviços abaixo discriminados, conforme especificado neste Edital e mediante condições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações estabelecidas nas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98.

**1.0. DO OBJETO**

- A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na elaboração de projetos de arquitetura e engenharia para as obras de construção, reforma e ampliação de escolas, construção de ginásio poliesportivo, quadra poliesportiva, construção de complexo poliesportivo e telecentro com biblioteca na cidade de Paripueira Estado de Alagoas, **conforme especificações inseridas no anexo I deste instrumento.**
- Fica facultada a visa técnica, nos termos do item 10.2.1 “g” desse Edital, por parte de representantes das empresas interessadas, com vistas a conhecer as condições reais do terreno.
- **Valor Estimado da Contratação R\$524.473,36 (quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos).**
- **Os projetos, planilhas e demais especificações técnicas serão disponibilizados por meio de CD, obtido na CPL ou por E-mail: [licitacoes.paripueira@gmail.com](mailto:licitacoes.paripueira@gmail.com), ainda, poderá ser retirado no site: <http://www.paripueira.al.gov.br/>**
- Os serviços deverão atender as normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e Posturas Governamentais Vigentes.

**2.0 DA PARTICIPAÇÃO**

**2.1.** Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas no ramo de atividade econômica pertinente ao objeto deste Edital regularmente constituída e em operação no território nacional, bem como, possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos neste instrumento.

**2.2.** Não poderão participar as empresas ou instituições das quais participem, dirigentes ou servidores das entidades promotoras desta licitação, relacionadas no preâmbulo.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**2.3.** Não poderão participar as empresas ou instituições que se encontrem sob falência, liquidação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou ainda, que tenham sido declaradas inidôneas ou estejam punidas com suspensão do direito de licitar com Administração Pública de PARIPUEIRA - AL.

**2.4.** Não poderão participar as empresas, inclusive suas filiais, que façam parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, e/ou empresas que tenham diretores, acionistas com mais de 5% de participação, ou representantes legais comuns e as que dependam econômica ou financeiramente de outra empresa ou a subsidiem.

**2.5 –** Não será permitida a participação de empresas sob a forma de consórcio.

### **3.0 DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A contratação do objeto da presente licitação será efetuada conforme preceitua a seção II do capítulo III da Lei 8.666/93, do qual farão parte integrante todas as condições estabelecidas neste edital e em seus Anexos, independentemente de transcrição na nota de empenho, bem como a documentação e a proposta da licitante vencedora, naquilo que não contrariar os termos deste, como previsão de adaptação às normas vigentes.

**3.2.** Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

**3.3.** A empresa classificada em primeiro lugar, declarada vencedora, será convocada para assinar o contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da notificação.

**3.3.1.** A empresa vencedora sendo convocada, e não comparecendo para assinar o contrato, ou não comprovando que mantém as condições de habilitação, aplicar-se-ão as disposições contidas na Lei de Licitações, sem prejuízo das demais cominações legais.

**3.4.** Se o licitante vencedor se recusar a entregar o objeto adjudicado, será convocado outro licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

**3.5.** Ficaram os licitantes liberados dos compromissos assumidos, decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem a convocação para contratação, conforme disposto no artigo §3º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93.

**3.6.** O prazo para execução dos serviços objeto desta licitação será de acordo com o cronograma físico financeiro, anexo deste Edital, prazo este a ser contado a partir da Ordem Inicial de serviços.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**3.7.** A eventual reprovação dos serviços em qualquer fase da execução não implicará em alteração dos prazos, nem eximirá a CONTRATADA da aplicação das multas contratuais.

**3.8.** O prazo para conclusão dos serviços poderá ser alterado nas hipóteses previstas no contrato, observado as condicionantes do art. 57, §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

**3.9.** O presente edital será parte integrante do contrato e a minuta do instrumento contratual anexo integra este Edital.

**3.10.** Fica desde já esclarecido que o Município poderá introduzir na Minuta de Contrato as alterações julgadas necessárias para assegurar maior garantia na execução dos serviços.

**3.11.** Mediante prévia e expressa aprovação do Município, a CONTRATADA poderá subcontratar partes dos serviços, desde que seja comunicado ao Município que deverá anuir ou rejeitar, ficando limitada a subcontratação dos serviços de geotécnica e serviços de topografia, com anuência prévia da Prefeitura Municipal de Paripueira e que seja contratada Empresa Enquadrada como ME e/ou EPP, na forma da Lei Complementar nº 147/2014.

#### **4.0 DO RECEBIMENTO DOS SERVICOS**

**4.1.** Os serviços para o objeto deste certame serão recebidos por uma comissão de técnicos da Secretaria Municipal competente, devidamente designados.

**4.2.** O recebimento dar-se-á mediante termos de recebimento, provisório e definitivo, na forma prevista no contrato.

**4.3.** Os serviços somente serão recebidos, após atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e demais documentos que o integram.

#### **5.0 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**5.1.** A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme a estabelecida na Seção II do capítulo IV – Das Sanções Administrativas da Lei nº 8.666/93.

**5.1.1.** Caso a empresa vencedora se recuse a entregar o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

a) ADVERTÊNCIA, por escrito;

b) MULTA DE 10% (DEZ PORCENTO) SOBRE O VALOR GLOBAL DA CONTRATAÇÃO;



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

c) DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

**5.2.** O licitante que deixar de entregar, no todo ou em parte, a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 05(cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.**

**5.3.** Fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor global contratado a título de mora, por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste Edital;

**5.3.1.** Caso o licitante vencedor não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da Administração a sua aceitação;

**5.3.2.** Vencido(s) o(s) prazo(s), a Administração oficiará o licitante vencedor comunicando-o da data limite.

**5.3.3.** A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada a sanção de que trata o subitem 5.4.

**5.4.** Pela inexecução total da obrigação, a Administração rescindir o contrato e aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

**5.4.1.** Em caso de inexecução parcial da obrigação será aplicada o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

**5.5.** As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da Administração pela licitante vencedora serão deduzidas dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor do Município de Paripueira (AL) ou cobradas judicialmente.

**5.6.** Se a licitante vencedora inadimplente não tiver valores a receber do Município de PARIPUEIRA, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

**5.7.** A aplicação de multas, bem como a rescisão de contrato, não impede que a Administração aplique ao licitante vencedor as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**5.8.** A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste edital será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.

**6.0 DOS RECURSO FINANCEIROS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** O investimento para a construção do objeto desta licitação ocorrerá por conta dos recursos, classificados na seguinte Dotação Orçamentária:

<b>Órgão:</b>	05
<b>Unidade:</b>	0008
<b>Classificação Funcional Programática:</b>	2015
<b>Elemento de Despesa:</b>	3390.39.05

**7.0 LOCAL DE REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA e RETIRADA DO INSTRUMENTO**

**7.1.** O Presidente receberá os documentos de habilitação e as propostas de preços em sessão pública a ser realizada, conforme indicado no preâmbulo deste edital.

**7.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a participação no certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da CPL em contrário.

**7.3.** Este Edital e seus anexos (projeto básico, executivo, planilhas e especificações), poderão ser obtidos diretamente no site <http://www.paripueira.al.gov.br/>, também, no caso de interessados procurarem a CPL, serão entregues, gravados em CD ou outro meio eletrônico e encontra-se a disposição das empresas interessadas no endereço mencionado no item 7.1, no horário das 08:00 às 12:00, até o dia da sessão, ou mediante requisição diretamente na CPL do Município ou através do e-mail: [licitacoes.paripueira@gmail.com](mailto:licitacoes.paripueira@gmail.com)

**7.4.** As licitantes poderão colher informações adicionais eventualmente necessárias sobre o certame, junto à Comissão Permanente de Licitação, localizada no endereço exposto no preâmbulo deste Edital, no horário das 08 às 12h.

**8.0 DO CREDENCIAMENTO**



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**8.1.** Cada licitante poderá nos atos do presente certame ter um único representante legal devidamente credenciado, com poderes para representar, mediante apresentação de um dos seguintes instrumentos, sempre acompanhados pela cópia do documento de identidade:

**8.1.1.** Procuração lavrada por instrumento público ou particular, indicando a outorga de poderes na forma exigida, onde constem os poderes do outorgante, acompanhados do contrato social, ou estatuto, ou ato constitutivo, ou registro comercial, sugestão de modelo a seguir:

**PROCURAÇÃO**

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Cédula de Identidade nº ..... e CPF sob nº ....., a participar da licitação na Tomada de Preços nº \_\_\_\_/201\_\_ da Prefeitura Municipal de PARIPUEIRA, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa ....., **bem como praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

Local e data

Diretor ou Representante Legal

**8.1.2.** A procuração outorgada a dois ou mais representantes legais, determinando que estes ajam em conjunto, deve ser substituída pelo modelo acima sugerido, outorgando poderes a somente um procurador.

**8.1.3. Caso o representante seja sócio, gerente ou administrador da empresa licitante,** deverá ser apresentado documento idôneo que comprove a sua condição de sócio, gerente ou administrador do licitante e que declare os limites da sua atuação;

**8.1.4.** As microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos do Artigo 72 da Lei Complementar 123/2006 e devido a necessidade de identificação pela CPL, **deverão credenciar-se acrescidas das expressões “ME” ou “EPP” à sua firma ou denominação,** bem como, entregar a CPL: a) **ou a certidão original** (ou sua cópia autenticada ) **expedida pela respectiva Junta Comercial ou pelo Registro competente que comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (art. 8º, Instrução Normativa nº 103, de 30 de abril de 2007);** b) ou cópia autenticada do seu instrumento constitutivo devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Cartório de Registro de Pessoa Jurídica) no qual conste a adição ao nome empresarial das expressões “Microempresa” ou Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP” (art. 3º, caput e § 2º, daquela Instrução).



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**8.1.4.1** - O descumprimento do subitem 8.1.4 significará renúncia expressa e consciente, desobrigando a CPL de conferir ao licitante os benefícios da Lei Complementar 123/2006 aplicáveis ao presente certame;

**8.1.4.2** - A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte **é única e exclusiva do licitante** que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

**8.2.** Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de um licitante.

**8.3.** A não apresentação ou a incorreção do documento de credenciamento não impedirá o proponente de entregar os envelopes de proposta e de habilitação, mas o impedirá de manifestar-se no certame. No caso de “ME” ou “EPP”, estes não poderão se beneficiar das previsões da Lei 123/2006.

**8.4.** O representante responsabilizar-se-á pelos assuntos atinentes à participação da empresa neste procedimento licitatório, com poderes para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

**8.5.** Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados antes do início do certame, **separadamente** dos envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” “PROPOSTA TÉCNICA” e “PROPOSTA DE PREÇOS”.

## 9.0. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

**9.1.** A reunião, para recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e o envelope da proposta de preço, será pública e dirigida pela Comissão Permanente de Licitações.

**9.2.** No dia, local e hora marcados, antes do início da sessão, os interessados ou seus representantes legais deverão proceder ao respectivo credenciamento, nos termos deste Edital.

**9.3.** Declarado aberto à sessão pela CPL, não serão admitidos novos proponentes dando-se início ao recebimento dos envelopes:

**9.3.1.** Do envelope de documentação para habilitação (ENVELOPE “A”);

**9.3.2.** Do envelope de documentação para proposta técnica (ENVELOPE “B”).

**9.3.3.** Do envelope de documentação para proposta comercial (ENVELOPE “C”).





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**9.4.** A indicação nos envelopes, caso esteja incompleta ou com algum erro de transcrição, desde que não cause dúvida quanto ao seu conteúdo ou não atrapalhe o andamento do processo não será motivo para exclusão do procedimento licitatório.

**9.5.** A impugnação de interessados contraofertas e documentos apresentados pelos licitantes deverá ser feita nesta reunião, exclusivamente pelo representante legal credenciado para apresentar as empresas em nome das quais pretendam registrar a impugnação.

## **10.0 DOS PROCEDIMENTOS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS**

### **10.1. APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES**

**10.1.1.** Os envelopes, opacos e rubricados, devidamente lacrados, deverão ser entregues pelo representante credenciado de cada licitante no dia, hora e local indicado no preâmbulo deste Edital.

**10.1.2.** Os envelopes deverão conter o nome e o endereço do licitante e o seguinte endereçamento:

**10.1.2.1. ENVELOPE “A” – “HABILITAÇÃO”**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPUEIRA/AL**

**TP N.º xx/2019**

**DIA xx/xx/2019 ÀS xx:xx h (Horário Local)**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS, CONSTRUÇÃO DE GINÁSIO POLIESPORTIVO, QUADRA POLIESPORTIVA, CONSTRUÇÃO DE COMPLEXO POLIESPORTIVO E TELECENTRO COM BIBLIOTECA NA CIDADE DE PARIPUEIRA Estado de Alagoas**

**Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)**

**10.1.2.2. - ENVELOPE “B” – “PROPOSTA TÉCNICA”**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPUEIRA /AL**

**TP N.º xx/2019**

**DIA xx/xx/2019 ÀS xx:xx h (Horário Local)**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS, CONSTRUÇÃO DE**



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**GINASIO POLIESPORTIVO, QUADRA POLIESPORTIVA,  
CONSTRUCAO DE COMPLEXO POLIESPORTIVO E  
TELECENRO COM BIBLIOTECA NA CIDADE DE  
PARIPUEIRA Estado de Alagoas**

**Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)**

**Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)**

**10.1.2.3. - ENVELOPE “C” – “PROPOSTA COMERCIAL”  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIPUEIRA /AL  
TP N. °xx/2019**

**DIA xx/xx/2019 ÀS xx:xx h (Horário Local)**

**OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA  
ELABORACAO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E  
ENGENHARIA PARA AS OBRAS DE CONSTRUCAO,  
REFORMA E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS, CONSTRUCAO DE  
GINASIO POLIESPORTIVO, QUADRA POLIESPORTIVA,  
CONSTRUCAO DE COMPLEXO POLIESPORTIVO E  
TELECENRO COM BIBLIOTECA NA CIDADE DE  
PARIPUEIRA Estado de Alagoas**

**Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)**

**Identificação do Licitante: (Razão Social, fone, fax, e-mail)**

**10.1.3.** No verso de cada envelope (A, B e C) deverá constar o nome, o CNPJ ou CPF, e o endereço do licitante.

**10.1.4.** A CPL não receberá envelopes fora do prazo estipulado, nem poderá receber envelopes encaminhados pelo correio, Sedex ou correlatos.

## **10.2. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**10.2.1.** Para habilitação nesta Licitação, a licitante deverá apresentar:

**a)** Registro Comercial, no caso de empresa individual;

**b)** Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, e suas respectivas alterações, podendo ser substituída pela última alteração consolidada, devidamente registrado, na forma da lei, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações,



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, caso já tenha sido apresentada e juntada no credenciamento não se faz necessária nova apresentação;

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

d) Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda;

e) Certidão de Registro da Empresa e de seus responsáveis técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado de Alagoas (CREA/AL) e/ou CAU Conselho de Arquitetura e Urbanismo, atualizados, em observância ao art. 69 da Lei Federal n.º 5.194/66 e art. 1º, inciso II, da Resolução nº 413/97 do CONFEA;

f) Prova de a empresa possuir no quadro funcional permanente profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços de complexidade tecnológica **operacional equivalente ou superior ao objeto desta licitação**, tudo devidamente atestado pelo CREA/CAU, ou através de certidões fornecidas pelo mesmo, da seguinte forma:

f.1) a prova da empresa possuir no quadro permanente, profissional de nível superior, será feita, **em se tratando de sócio da empresa**, por intermédio da apresentação do contrato social e **no caso de empregado**, mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e também, para fim de qualificação técnico-profissional, o vínculo entre o responsável técnico e a empresa licitante **poderá ser atestado mediante a apresentação de contrato de prestação de serviços** (Acórdão nº 3097/2015 – Primeira Câmara TCU), ou declaração de compromisso de contratação futura com anuência do profissional.

f.2) a prova de que o profissional é **detentor de responsabilidade técnica**, será feita mediante apresentação de **atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público** ou privado, **devidamente registrado no CREA/CAU**, ou certidão do órgão (**CAT**);

f.3) Declaração de que o responsável técnico deverá apresentar no primeiro dia de início dos serviços a ART/RRT de execução dos serviços.

**h) A aptidão econômica e financeira da empresa será verificada:**

h.1) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, dentro do prazo de validade prevista na própria certidão, ou na omissão desta será considerado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua emissão.

h.2) Comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

h.2.1) A comprovação de existência de capital social mínimo poderá ser feita por meio de balanço patrimonial exigível nos termos da lei, contrato social integralizado ou Certidão simplificada da junta comercial, ficando vedada a comprovação através de balancetes ou balanços provisórios

**h.3 - Com apresentação, na data da sessão pública de licitação, de GARANTIA DA PROPOSTA NO PERCENTUAL DE 1% DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO, na forma do art. 31, III da Lei nº 8.666/93.**

h.3.1 - A GARANTIA DA PROPOSTA poderá se dar da seguinte forma:

h.3.1.1 - Caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária;

h.3.1.2 - A Licitante deverá fornecer, como parte integrante do Envelope - A (HABILITAÇÃO), comprovante de depósito de Garantia de Proposta no valor de **R\$ 5.444,73**(cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e setenta e tres centavos)dentre as seguintes modalidades: caução em dinheiro ou título da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária, a fim de proteger a Entidade de Licitação contra atos ou omissões da Licitante arrolados abaixo:

a) caso a Licitante retire sua proposta durante o período de validade definido no Edital e na Garantia de Proposta, e

b) se a Licitante vencedora deixar de assinar o Contrato ou não apresentar a Garantia de Execução Contratual.

h.3.1.3 – Caso a Licitante apresente a garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do **Anexo IV**.

h.3.1.4 - O depósito indicado no subitem h.1.2.1 deverá obedecer ao seguinte:

a) caução em dinheiro e títulos da dívida pública deverá ser depositada no Banco do Brasil: – Agência: 1523-7 / Conta Corrente: 49.962-5; devendo o comprovante estar contido no Envelope nº A.

b) fiança bancária ou seguro-garantia deverão estar contidos no Envelope n. A.

h.3.1.5 - A Garantia de Proposta das Licitantes não vencedoras ser-lhes-á restituída no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da homologação da adjudicação. A Garantia de Proposta das Licitantes inabilitadas ser-lhes-á restituída no prazo de 30 (trinta) dias contado a partir do encerramento da fase de habilitação; no caso de interposição de recurso o prazo de devolução será contado a partir do julgamento definitivo dos recursos.

h.3.1.6 - A Garantia de Proposta da Licitante vencedora será liberada quando assinado o Contrato, mediante apresentação da Garantia de Execução Contratual.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**i)** Certidão Cível que contemple a certidão negativa de falências, concordatas e recuperação judicial expedida pelo cartório de distribuição da **sede** do licitante e/ou da capital, no caso da empresa ser sediada no Estado de Alagoas (Resolução do TJ/AL), dentro do prazo de validade na data da realização da licitação.

**j)** Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, conjunta a Certidão Negativa quanto a Dívida Ativa da União, com validade na data de realização da licitação.

**k)** Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da licitante, com validade na data de realização da licitação;

**l)** Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede da licitante, com validade na data de realização da licitação.

**m)** Prova de Regularidade com a Seguridade Social e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, através de:

**m.1.** INSS - Certidão Negativa de Débitos – CND, com validade na data de realização da licitação; e

**m.2.** FGTS – Certidão de Regularidade do FGTS - CRF fornecido pela Caixa Econômica Federal, com validade na data de realização da licitação.

**n)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT

**o)** Declaração de inexistência de fato impeditivo, conforme **ANEXO** deste Edital) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, e somente a partir dos 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei Fed. nº 9.854/99), conforme **ANEXO** deste Edital;

**10.2.1.1** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das Microempresas e Empresas de pequeno porte, assim definidas no Capítulo II, da Lei Complementar nº 123/06, será assegurado a essas empresas o prazo de cinco (05) dias úteis, contando do momento em que a licitante beneficiada for declarada vencedor do respectivo certame pelo Sistema, prorrogáveis por igual período, a critério da CPL, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

**10.2.1.2** - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no neste Edital.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**10.2.1.3.** O Presidente da CPL poderá consultar diretamente as páginas dos órgãos emissores na internet, para confirmação da regularidade, se for o caso, bem como, a própria licitante apresentar a regularidade na sessão.

**10.2.1.4.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital, salvo em virtude de força maior ou caso fortuito, aceitável a juízo da CPL.

**10.2.2.** No caso de a licitante possuir filiais, a documentação apresentada deverá referir-se apenas a uma das filiais ou apenas à matriz, salvo disposição em contrário, sendo que a contratação será realizada com a pessoa jurídica que apresentou a documentação.

**10.2.3.** Não serão aceitas, sob qualquer alegação, ainda que antecipadamente, documentação incompleta para posterior complementação, nem documentação por transmissão via fac-símile (fax).

### **10.3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA**

A proposta técnica deverá ser apresentada na forma estabelecida neste TR, e deverá demonstrar:

#### **10.3.1 Conhecimento do Problema**

O conhecimento do problema deverá conter uma análise da Licitante, por meio de texto dissertativo, sobre o objeto deste Edital, e das prováveis dificuldades a serem enfrentadas no transcorrer dos trabalhos, abordando aspectos relativos ao conhecimento técnico e logístico do problema, conforme se observa na sequência:

##### **10.3.1. Conhecimento Técnico do Problema**

- a) Pesquisa e análise de informações: evidenciar conhecimento específico das localidades ou regiões objeto da licitação, bem como dificuldades para obtenção dos acervos de dados primários (nível local) e secundários (existentes).
- b) Conhecimento dos locais face à natureza dos projetos: demonstrar conhecimento das condições desfavoráveis em que serão executados os serviços de campo (topografia, geotécnica, coleta de amostras para análise, etc.) a serem executados nos locais de implantação dos projetos e como suplantar essas adversidades.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

- c) Dificuldades técnicas previsíveis: indicar as dificuldades técnicas que poderão surgir ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, bem como as particularidades que poderão influir nas soluções, tendo em vista as condições locais.
- d) Aspectos legais envolvidos nos projetos: demonstrar conhecimento dos aspectos legais e normativos envolvidos para o desenvolvimento das etapas de execução, tais como: legislação ambiental com vistas ao licenciamento dos empreendimentos, identificação de áreas de preservação, leis de desapropriação, normas da ABNT, dentre outros aspectos legais intervenientes nos estudos/projetos a executar.
- e) Resolução técnica do problema: apresentar os principais procedimentos técnicos a serem adotados na elaboração dos estudos/projetos, enfatizando as formas e alternativas das soluções possíveis e as interfaces entre inspeção de campo, levantamentos e desenvolvimento dos trabalhos.

#### **10.3.2. Conhecimento Logístico do Problema**

- a) Dificuldades logísticas previsíveis: apresentar explanação que demonstre os serviços a executar, especialmente quanto às dificuldades de mobilização e instalação pertinentes aos trabalhos, tais como: meios de transporte, condições viárias e de acesso, hospedagem, disponibilidade de mão de obra local para execução de serviços topográficos, geotécnicos, dentre outros.
- b) Soluções possíveis de serem adotadas: indicar, face às dificuldades avaliadas, as possíveis soluções a serem dadas no desenvolvimento dos trabalhos, particularmente quanto às interfaces de visitas técnicas, levantamentos de campo, etc.

#### **10.3.2. Plano de Trabalho e Metodologia**

O Licitante deverá apresentar Plano de Trabalho e Metodologia, por meio de texto dissertativo, consonante o universo dos trabalhos previstos no Termo de Referência, em termos de abrangência, localização e conteúdo/escopo, deverá demonstrar também o seu entendimento do problema nos seus aspectos técnico e logístico, abrangendo os pontos enumerados em sequência.

#### **10.3.3 Plano de Trabalho**

Texto dissertativo que indique a relação das atividades e tarefas necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos (etapas de execução), no qual deve informar as diretrizes que



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

apontem a solução dos problemas encontrados. O Plano de Trabalho deverá demonstrar, de forma clara, o seu alcance e abrangência em relação ao todo do objeto e escopo desta Licitação.

10.3.3.1. O Plano de Trabalho deve também equacionar as dificuldades advindas das inter-relações entre as etapas de execução, consoante com o cronograma de atividades.

#### **10.3.4. Metodologia de Execução**

Neste item a Licitante deverá informar os métodos e procedimentos de execução de cada uma das atividades e tarefas constantes do Plano de Trabalho, com apresentação do dimensionamento e o planejamento das equipes de campo e de escritório, com descrição detalhada das estratégias para cumprimento das etapas de execução.

#### **10.3.5. Equipe Técnica**

- a) A Equipe Técnica responsável para execução dos trabalhos deverá ser composta de Equipe Chave e Equipe Complementar. Para o objeto deste TR foi determinado o número de profissionais e as exigências técnicas para a Equipe Chave, conforme Tabela 01.
- b) Todos os profissionais elencados na Equipe Chave deverão fazer parte do quadro técnico da Licitante. Os profissionais pertencentes à Equipe Complementar, não precisam fazer parte do quadro técnico da empresa no momento do ato licitatório, entretanto a Licitante vencedora deverá contratá-los para compor seu quadro técnico. A Empresa Contratada deverá comprovar a contratação destes profissionais à Prefeitura Municipal de Paripueira - AL, Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação
- c) A substituição de qualquer profissional da Equipe Chave só será permitida por profissionais de mesma capacitação técnica ou superior e mediante consulta e aprovação da Prefeitura Municipal de Paripueira –AL.
- d) O mesmo profissional não poderá fazer parte da equipe de mais de uma Licitante, sob pena de desclassificação de todas as licitantes que não atenderem a esta exigência.





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**Tabela 01 – EQUIPE TÉCNICA**

EQUIPE CHAVE			
QUANT.	ESPECIALIDADE	FUNÇÃO	EXIGÊNCIAS
01	Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista com no mínimo 10 anos de experiência	Coordenador	Coordenação/fiscalização/Elaboração de Projeto Básico/executivo de obras civis e infraestrutura urbana compatíveis com o objeto desta licitação.
01	Arquiteto e Urbanista	projetista	Elaboração de projetos arquitetônicos compatíveis com o objeto desta licitação
01	Engenheiro Civil ou arquiteto e urbanista	Projetista	Elaboração de Projeto Básico de Básico/executivo de obras civis e infraestrutura urbana compatíveis com o objeto deste Licitação
EQUIPE COMPLEMENTAR			
01	Engenheiro Eletricista	Projetista	Elaboração de Projetos Elétricos compatíveis com o objeto destaLicitação.
01	Engenheiro Civil	Projetista	Elaboração de Projetos de Estruturas compatíveis com o objeto destaLicitação
01	Engenheiro/arquiteto	Orçamentista	Elaboração de Orçamentos de obras compatíveis com o objeto destaLicitação.
01	Engenheiro Civil/arquiteto e urbanista	Projetista	Elaboração de Projetos compatíveis com o objeto destaLicitação.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

### **10.3.6. Experiência da Licitante**

- a) Será demonstrada a sua experiência por meio de apresentação de certidão (ões) ou atestado (s) expedido (s) ou expedida (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA/CAU competente que demonstrem que a Licitante elaborou projetos com características semelhantes ao objeto deste TR.

### **10.3.7. Documentos e Serem Apresentados na Proposta Técnica**

#### **10.3.7.1.** A Licitante deverá apresentar os documentos discriminados a seguir:

- a) Texto com no mínimo 50 (cinquenta) e no máximo 120 (cento e vinte) páginas, no formato A4, fonte Arial do MS Word, tamanho 12 e espaçamento 1,5, incluindo planilhas, gráficos e/ou desenhos (formatos A3 ou A4) referente ao conhecimento do problema por parte da Licitante;
- b) Texto com no mínimo 10 (dez) e no máximo 50 (cinquenta) páginas, no formato A4, fonte Arial do MS Word, tamanho 12 e espaçamento 1,5, incluindo planilhas, desenhos e/ou gráficos (formatos A3 ou A4) referente à Metodologia da Licitante para consecução do objeto deste TR;
- c) Comprovação da Licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais técnicos legalmente habilitados junto ao CREA/CAU, que integrarão a equipe chave e que detenham responsabilidade técnica pela execução de serviços com características semelhantes ao objeto do Termo de Referência.
  - c.1) A comprovação da responsabilidade técnica pela execução de serviços com características semelhantes ao objeto do Termo de Referência far-se-á por meio da apresentação de certidão (ões) ou atestado (s) expedido (s) ou expedida (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA/CAU competente, conforme Tabela 01.
- d) Declaração da licitante referente ao comprometimento em disponibilizar os recursos humanos necessários para a execução dos SERVIÇOS, relativos a Equipe Técnica Complementar.
- e) Apresentação de certidão (ões) ou atestado (s) expedido (s) ou expedida (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhado (s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA/CAU competente que demonstrem que a Licitante elaborou projeto com características semelhantes ao objeto deste TR.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

#### **10.4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**

**10.4.1.** A proposta comercial deverá ser apresentada em 01 (uma) via, em papel timbrado, rubricada e assinada pelo representante legal da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, no idioma português, ressalvada as expressões técnicas, devidamente encadernada e numerada, e conter obrigatoriamente os seguintes componentes:

**10.4.1.1.** Carta-Proposta constante, necessariamente, os seguintes elementos:

- Preço global da proposta, em algarismo e por extenso, de acordo com a planilha orçamentária, expresso em real;
- Prazo de execução das obras e serviços;
- Prazo de validade da proposta que deverá ser no mínimo de 60 (sessenta) dias a partir da data da entrega.
- Declaração de que todas as despesas decorrentes da elaboração das propostas correm por conta da licitante, não lhe cabendo direito de indenização de qualquer natureza;
- Indicação do nome, CPF, e cargo na empresa, do responsável legal que deverá assinar o contrato caso seja vencedora.

**10.4.1.2.** Planilha Orçamentária, constante no anexo I, formulada de conformidade com o modelo fornecido, de que constarão todos os preços unitários e totais, incluindo todas as despesas diretas e indiretas correspondentes, bem como o preço global para execução dos serviços objetivados.

**10.4.1.3.** Cronograma Físico-Financeiro:

- Pelo sistema de barras, a evolução física das obras ao longo de execução;
- Em percentuais do valor total da proposta, o cumprimento de cada item de serviço ao longo da execução das obras;
- Valor do faturamento mensal previsto;
- Valor acumulado do faturamento previsto, ao longo da execução das obras.

**10.4.1.4.** Composição dos Encargos Sociais;

**10.4.1.5.** Detalhamento do BDI; e

**10.4.1.6.** Declaração de que nos preços propostos estão incluídas todas as despesas diretas, indiretas e qualquer outra necessária à total e perfeita execução das obras e serviços objeto desta licitação, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida pela PREFEITURA salvo se decorrente de projeto ou serviço não incluído neste edital.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**10.4.2.** No sentido de facilitar o processo de avaliação das propostas, a licitante deverá apresentar sua proposta descrevendo as características do objeto na mesma sequência do especificado neste Edital e onde for aplicável;

**10.4.3. A PROCURADORIA DO MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA/AL se reserva o direito de auditar as informações sobre capacidade e características dos produtos ofertados pela licitante, através de diligências, pesquisas na Internet e/ou em outros materiais publicados pelo fabricante dos produtos ofertados.**

**10.4.4.** A omissão de qualquer despesa necessária à realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a entrega das Propostas.

**10.4.5.** Será desclassificada a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital e seus Anexos ou que se opuser a qualquer dispositiva legal vigente.

**10.4.6.** A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**10.4.7.** Após a abertura das propostas não serão admitidos pedidos de cancelamento, retificação de preços ou de quaisquer outras condições oferecidas.

## **10.5 DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS E DE PREÇOS**

**10.5.1.** Os envelopes de habilitação e propostas serão recebidos simultaneamente pela CPL na data, hora e local indicados neste Edital, onde somente os receberá pessoalmente pelos representantes das empresas credenciados.

**10.5.2.** Lavrar-se-á ata circunstanciada de todas as sessões que se realizarem, onde se mencionarão todas as ocorrências, inclusive as propostas apresentadas, reclamações e impugnação formuladas que possam, direta ou indiretamente, interessar ao julgamento da licitação. As respectivas atas deverão ser assinadas pelos membros da CPL e demais licitantes presentes.

**10.5.3.** Não serão objeto de exame ou deliberação os fatos ou alegações não pronunciadas até o encerramento de cada sessão, bem como as que não forem inseridas nas respectivas atas, não cabendo, conseqüentemente, aos ausentes o direito de qualquer reclamação.

**10.5.4. Após a fase de credenciamento** será procedida à abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação na mesma data designada, que serão rubricadas pela CPL e os LICITANTES presentes.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**10.5.4.1. Quando analisados os documentos de habilitação, a CPL abrirá prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da lavratura da ata da sessão para recurso na forma do art. 109 da Lei nº 8.666/93, quando, e somente quando transcorrido esse prazo, serão abertos os envelopes contendo os preços que deverão ser rubricados por todos os presentes, permanecendo inviolados e sob guarda da CPL.**

**10.5.5.** Após o exame e julgamento dos Documentos de Habilitação, que poderá ocorrer na mesma data ou em outra sessão, a critério da CPL, será comunicado o resultado da fase habilitatórias, e convocadas às empresas habilitadas para a fase seguinte do certame.

**10.5.6.** Será inabilitada a LICITANTE cuja documentação for apresentada incompleta ou irregular, nas formas das exigências deste instrumento. Assim, será devolvido o envelope de Preço dos licitantes inabilitados quando decorrido os prazos legais sem interposição de recursos, tenha havido desistência expressa ou após sua denegação.

**10.5.7.** Após fase de habilitação não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela CPL.

**10.5.8.** Na data, Hora e local designado pela Comissão Permanente de Licitação será procedida à abertura dos envelopes contento as Propostas de Preços das Licitantes habilitadas, anunciando os preços globais ofertados, e rubricado todo o seu conteúdo pela comissão e pelos representantes das empresas.

**10.5.9.** A Comissão Permanente de Licitação examinará as Propostas para determinar se estão completas, se há erros de cálculos, se todos os documentos foram devidamente assinados, e se todas as propostas estão, de maneira geral, adequadas às exigências deste Edital e legislação aplicável.

**10.5.10.** Erros aritméticos serão retificados da seguinte forma:

(a) se houver discrepância entre os preços unitários e o preço total, o qual é obtido pela multiplicação dos preços unitários pela quantidade, o preço unitário prevalecerá, e o preço total será corrigido.

(b) se houver discrepância entre os valores numéricos e seus correspondentes por extenso, prevalecerão os valores escritos por extenso.

**10.5.11** Se o Licitante não aceitar a correção de tais erros, sua proposta será desclassificada.

**10.5.12.** Antes da avaliação detalhada, a Comissão Permanente de Licitação verificará a adequação substancial de cada Proposta aos termos do Edital para a finalidade desta Cláusula. Uma Proposta será determinada substancialmente adequada caso atenda a todos os termos, condições e especificações do Edital sem quaisquer ressalvas ou desvios veículos.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

Desvios ou ressalvas veículos são aqueles que afetam de maneira substancial o escopo, a qualidade, ou o desempenho dos bens, ou que sejam inconsistentes com o Edital, restrinjam os direitos da Municipalidade ou as obrigações do Licitante, e cuja retificação afetaria injustamente a posição competitiva de outros Licitantes que tenham apresentado Propostas adequadas ao Edital. A determinação de adequação de uma Proposta pelo Município será baseada no conteúdo da mesma, sem considerar evidências extrínsecas.

**10.5.13.** Uma Proposta considerada inadequada será desclassificada pela Comissão Permanente de Licitação e não poderá ser alterada posteriormente pelo Licitante, com o objetivo de adequar a Proposta com os Termos do Edital.

**10.5.14** A Comissão Permanente de Licitação poderá relevar qualquer discrepância ou irregularidade de menor importância encontrada em uma Proposta que não represente desvio ou ressalva substancial e desde que isso não prejudique ou afete o caráter competitivo da licitação, ou o princípio da igualdade entre os licitantes. Art. 3º.

**10.5.15** Os valores globais máximos fixados para execução dos serviços discriminados são os constantes no anexo I (“Valor R\$”), em conformidade com as planilhas orçamentárias fornecidas pelo Município, nos termos do inciso X do art. 40 da Lei nº 8.666/93, modificado pela Lei nº 9.648/98. Os preços unitários não poderão exceder o os preços unitários constantes da planilha, sob pena de desclassificação.

**10.5.16** Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital e as propostas com valor global superior ao fixado/orçado pela Administração consoante o disposto no item anterior.

**10.5.17.** Analisadas as propostas, verificando-se o descumprimento de requisitos estabelecidos no Edital, serão desclassificadas, também, as que:

**10.5.17.1.** Forem elaborados em desacordo com os termos deste Edital, com omissões, rasuras, erros substanciais.

**10.5.17.2.** Apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;

**10.5.17.2.1** Para efeito de análise da exeqüibilidade das propostas, a CPL aplicará a regra do art. 48, §1º da Lei nº 8.666/93.

**10.5.17.4.** Apresentarem preços irrisórios ou de valor zero;

**10.5.17.5.** Apresentarem proposta alternativa ou baseada na proposta de outros licitantes.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**10.5.18.** Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o licitante vencedor aquele que obtiver maior nota final, sendo-lhe adjudicado o objeto deste Edital, pela CPL, caso não verificada a hipótese de recurso administrativo.

- a) A Licitante vencedora será escolhida pelo critério da maior nota final, calculada pela ponderação das notas obtidas nas suas Propostas Técnica e de Preços, com a utilização da seguinte fórmula:

$$- NF = 0,70 \times [NPT] + 0,30 \times [NPP]$$

**10.5.19.** No caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas iniciais, o critério a adotar para ser declarado vencedor deverá obrigatoriamente ser a licitante com a melhor Proposta Técnica. Em caso de novo empate adotar o sorteio.

**10.5.20.** O resultado do julgamento das propostas será divulgado, caso necessário, no quadro de aviso da Prefeitura e, se possível, no Diário Oficial.

## **10. 6 VALORAÇÃO, AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

### **10.6.1 Valoração das propostas de preços**

A valoração das propostas de preços será feita mediante atribuição de notas as propostas de preços apresentadas por cada licitante, utilizando-se 2 (duas) casas decimais, de acordo com a seguinte fórmula:

$$- NPP = (MPP/VPL) \times 100$$

Em que:

- NPP = Nota da Proposta de Preço emanálise;
- MPP = Menor Preço Proposto entre as propostas apresentadas;e
- VPL = Valor da Proposta emanálise;

### **10.6.2 Valoração da Proposta Técnica**

A valoração das propostas técnica será feita mediante atribuição de notas as propostas de preços apresentadas por cada licitante, utilizando-se 2 (duas) casas decimais, de acordo cm a seguinte pontuação máxima:

**Tabela 02**

ITEM	CRITÉRIOS PARA VALORAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
I	CONHECIMENTO DO PROBLEMA	30
	PLANO DE TRABALHO E METODOLOGIA	20
II	EQUIPE TÉCNICA	30
	EXPERIÊNCIA DA LICITANTE	20



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

VALOR MÁXIMO DA NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA	100
--	-----

**10.6.3 Avaliação dos tópicos do conhecimento do problema**

A avaliação dos tópicos apresentados no Conhecimento do Problema e Plano de Trabalho e Metodologia será efetuada com os seguintes critérios:

- Conhecimento Técnico do Problema – A pontuação deste tópico se dará da seguinte forma:

- Pesquisa e análise de informações – até 5,00 (cinco) pontos
- Conhecimento dos locais face à natureza dos projetos – até 5,00 (cinco) pontos
- Dificuldades técnicas previsíveis – até 5,00 (cinco) pontos.
- Aspectos legais envolvidos nos projetos – até 5,00 (cinco) pontos.
- Resolução técnica do problema – até 5,00 (cinco) pontos.

- Conhecimento logístico do problema – A pontuação deste tópico se dará da seguinte forma:

- Dificuldades logísticas previsíveis – até 2,50 (dois e meio) pontos.
- Soluções possíveis de serem adotadas – até 2,50 (dois e meio) pontos.

**10.6.4 Avaliação dos tópicos do plano de trabalho e metodologia Plano de trabalho – O plano de trabalho apresentado na Proposta Técnica será analisado e pontuado de acordo com os seguintes critérios:**

- Conteúdo e clareza do plano de trabalho – até 5,00 (cinco) pontos.
  - Coerência entre as inter-relações de atividades e precedências – até 5,00 (cinco) pontos.
- Metodologia – A metodologia apresentada na Proposta Técnica será pontuada de acordo com os seguintes critérios:
- Conteúdo e clareza da metodologia – até 5,00 (cinco) pontos
  - Justificativas das inter-relações de atividades e precedências – até 2,50 (dois e meio) pontos.
  - Coerência com o plano de trabalho – até 2,50 (dois e meio) pontos.

**10.6.5 Avaliação do tópico Equipe Técnica**

A Capacidade Técnica dos profissionais da Equipe Chave será avaliada consoante os seguintes critérios:

**Tabela 03 - Pontuação da Equipe Chave**

ESPECIALIDADE	FUNÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA PARA CADA ATESTADO OU CERTIDÃO APRESENTADO	LIMITE DE ATESTADOS OU CERTIDÕES QUE PODEM SER APRESENTADOS
Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista	Coordenador	4,0 pontos	3 atestados ou certidões
Arquiteto e Urbanista	Projetista	2,0	3 atestados ou





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

		pontos	certidões
Engenheiro civil/Arquiteto e urbanista	Projetista	2,0 pontos	3 atestados ou certidões

**10.6.6 Avaliação do tópico  
Experiência da Licitante Tabela 4**

DOCUMENTO	PONTUAÇÃO MÁXIMA PARA CADA ATESTADO OU CERTIDÃO APRESENTADO	LIMITE DE ATESTADOS OU CERTIDÕES QUE PODEM SER APRESENTADOS
Certidão(ões) ou atestado(s) que demonstrem que a licitante Elaborou ou desenvolveu Projeto Básico e ou executivo de escolas, ginásios poliesportivos, centros comunitários e ou prédios públicos, acima de 2.000 m <sup>2</sup>	20 pontos	01 atestado ou certidão
Certidão(ões) ou atestado(s) que demonstrem que a licitante Elaborou ou desenvolveu Projeto Básico e ou executivo de escolas, ginásios poliesportivos, centros comunitários e ou prédios públicos, acima de 1.000 m <sup>2</sup> até 2.000m <sup>2</sup>	10 pontos	01 atestado ou certidão

**10.7 NOTADAPROPOSTATÉCNICA(NPT)**

A Nota da Proposta Técnica será obtida pela seguinte fórmula:

-  $NPT = NCP + NM + NET + NEL$

Em que:

- NCP = Nota obtida no tópico Conhecimento do Problema;
- NM = Nota obtida no tópico Metodologia;
- NET = Nota obtida no tópico Equipe Técnica;
- NEL = Nota obtida no tópico Experiência do Licitante;

10.7.1 Serão desclassificadas as propostas técnicas que não obtiverem o mínimo de 50 (cinquenta) pontos.

10.7.2 Serão ainda desclassificadas as propostas técnicas que obtiverem zero em qualquer um dos critérios indicados para valoração da proposta.

**11.0 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1** A adjudicação e homologação do objeto serão realizadas, após deliberação, pelo Chefe do poder Executivo.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**11.2.** No julgamento das propostas, a CPL levará em conta, no interesse da Administração Pública, observando o critério da Técnica e do Preço.

**11.3.** Após a adjudicação ao vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à intenção de interposição de recurso, o procedimento será submetido à Autoridade Superior, para homologação e contratação.

## **12.0 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**12.1.** Até 02 (dois) dias úteis, 48 (quarenta e oito) horas, antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer representante legal de empresa devidamente autorizado, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório da Concorrência; devendo entregar, na entidade que promove a licitação, o ato de impugnação devidamente assinado pelo representante legal da interessada.

**12.1.1.** Caberá a CPL decidir sobre a petição em até 24 (vinte e quatro) horas.

**12.1.2.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## **13.0 DO REAJUSTE**

**13.1.** Os preços manter-se-ão inalterados pelo período de 01 (um) ano, na forma da Lei n.º 9.069/95, a contar da assinatura do contrato. Após este período, os mesmos serão reajustados na periodicidade e com base na variação do INCC – Índice Nacional da Construção Civil, coluna 35 da FGV, através da seguinte formula:

$$R = V \times \frac{I.1 - I.0}{I.0}$$

Onde:

R – Reajustamento Procurado;

V – Valor contratual dos serviços a serem reajustados;

I.1 – Índice relativo ao da data de aniversario da proposta;

I.0 – Índice correspondente à data da apresentação da proposta.

## **14.0 DO PAGAMENTO**

**14.1.** O pagamento se fará no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Sede da Administração do Município de PARIPUEIRA/AL

**14.2.** As medições serão parciais e os pagamentos serão efetuados mensalmente, com base nos valores apurados em medições dos serviços efetivamente executados no período, conforme cronograma, e nos preços unitários constantes do contato.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**14.3.** As faturas serão, obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição e memória de cálculo de quantitativos que conterão o visto da fiscalização.

**14.4.** Ao requerer o pagamento da primeira medição a CONTRATADA deverá anexar a comprovação de registro do Contrato junto ao CREA, nos termos da Resolução n.º 257 de 19.09.78 do CONFEA, sob pena de não receber o pagamento da referida medição.

**14.5.** A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, por ocasião de cada pagamento, a Certidão Negativa de Débito do INSS, o Cadastro Específico do INSS – CEI (caso tenha sido retirado) e o Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, válidos na época. Será, ainda, exigida cópia autenticada das guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, com respectiva relação dos empregados.

**14.6** A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS (CND) e do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, ou sua irregularidade, não acarretará retenção do pagamento, sendo, no entanto, imediatamente comunicada quanto à apresentação de tal documento em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis. A não-apresentação do CEI será motivo para a glosa do pagamento.

**14.7** Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

**14.8** Concomitantemente à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso de CND e do CEI a Caixa Econômica Federal, no caso do CRF.

**14.9** A nota fiscal deverá ser fornecida com o mesmo CNPJ da empresa contratada.

**14.10.** Os serviços objeto da licitação deverão estar dentro das especificações admitidas e deverá ser entregue no prazo máximo estipulado no item 3.7 deste instrumento, de forma parcial ou total, a critério da Administração. Ainda que recebido em caráter definitivo, **subsistirá a responsabilidade legal do adjudicatário pela qualidade do objeto fornecido.**

**14.11.** O embargo do recebimento definitivo do objeto por parte da Administração não implica dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a Administração.

**14.11.1.** Findo este prazo serão aplicadas às sanções previstas neste ato convocatório e na legislação pertinente.

**14.12** Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto neste Contrato, para pagamento.

**14.13** Nas situações onde a CONTRATADA não comprovar a isenção das tributações elencadas nas alíneas *aad* abaixo relacionadas, a CONTRATANTE poderá efetivar a retenção na fonte nos pagamentos efetuados, para produtos e serviços, sobre os seguintes impostos e contribuições:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ;
- Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

- Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

**14.13.1** A retenção será efetuada aplicando-se a alíquota legalmente prevista.

**14.14** Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGPM (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

**14.15** A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

**14.16** Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

## 15.0 DA EXECUÇÃO

**15.1.** A execução do objeto reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

**15.2.** A inexecução total ou parcial do objeto ensejará sua rescisão com as consequências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93, reconhecendo desde já a empresa licitante os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

## 16.0 DOS RECURSOS

**16.1.** Declarado o vencedor e ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, com registro em ata da síntese das suas alegações, e das contra-razões dos demais licitantes, quando lhe será concedido o prazo de 05 (cinco) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

**16.2.** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante implicará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pela CPL ao vencedor.

**16.3.** Qualquer recurso contra a decisão da CPL terá efeito suspensivo.

**16.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**16.5.** A petição poderá ser feita na própria sessão de recebimento, e, se oral, será reduzida a termo em ata.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**16.6.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no horário de expediente da Comissão de Licitação, devendo o interessado requerer por escrito com antecedência mínima de um dia útil.

**16.7.** Caso a CPL não reconsidere sua decisão, quanto ao recurso administrativo eventualmente interposto, este recurso, devidamente informado, será levado à consideração da autoridade superior competente que proferirá decisão definitiva, procedendo à Adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e à homologação do procedimento.

### **17.0 DA RESCISÃO**

**17.1.** A rescisão das obrigações decorrentes do presente instrumento processar-se-á de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93, em seus artigos 77 a 80.

### **18.0 DA FISCALIZAÇÃO**

**18.1.** Os serviços serão fiscalizados por técnicos da PREFEITURA que serão credenciados pelo Secretário Municipal competente, aos quais a CONTRATADA deverá facilitar o pleno exercício de suas funções.

#### **• GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

19.1 A Licitante vencedora prestará Garantia de Execução, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, numa das seguintes modalidades: seguro garantia fiança bancária, caução em dinheiro ou título da dívida pública.

19.2 Caso a Licitante vencedora preste garantia por meio de fiança bancária deverá utilizar o modelo constante do Anexo IV.

19.3. O depósito da garantia de execução contratual deverá ser entregue conforme instruções da Entidade de Licitação.

19.4 A Garantia de Execução será liberada e restituída pela Entidade de Licitação à Licitante no prazo de até 60 (sessenta) dias do efetivo e integral cumprimento das obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à Entidade de Licitação e emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos Projetos.

19.5. Quando necessário, a Garantia de Execução deverá também ser prorrogada.

#### **• DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**19.1.** O preço global estimado para os objetos deste certame seletivo encontra previsto em planilha, anexo deste Edital.

**19.2.** A CPL poderá negociar, exclusivamente, com a Licitante que oferecer o menor preço, no que tange à redução de preços unitários, o qual deverá confirmar expressamente se aceitar ou não tal negociação, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

**19.3.** A presente licitação, no interesse da Administração, poderá ser adiada, revogada ou anulada, sempre em despacho fundamentado, conforme o artigo 49 da Lei nº 8.666/93, sem que disso decorra para as Licitantes qualquer direito de indenização ou ressarcimento.

**19.4.** As licitantes ficam cientes de que é reservado à Administração o direito de apresentar redução ou acréscimo, no volume dos quantitativos de fornecimento, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93, sem que caiba à licitante vencedora o direito a qualquer reclamação.

**19.5..** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**19.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos para este procedimento licitatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dia de expediente no Município de PARIPUEIRA/AL e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

**19.7.** A intimação e divulgação do julgamento das fases desta licitação serão por comunicação direta ou por escrito aos interessados, exceto no caso de revogação ou anulação que será ciência por publicação oficial.

**19.8.** A eventual tolerância a qualquer infração ao disposto neste instrumento não implicará aceitação, novação ou precedente.

**19.09.** Os casos omissos serão decididos, conforme o caso, pela CPL ou Autoridade Competente, com base na legislação vigente.

**19.10.** Ao receber o Edital a licitante deverá declarar o endereço em que recebe notificações, nº do fax, e-mail, obrigando-se a comunicar qualquer mudança posterior, sob pena de reputar-se válida a notificação encaminhada ao endereço e/ou fax fornecido.

**19.11.** Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados, deverão estar datados dos últimos sessenta (60) dias até a data de recebimento dos envelopes, quando não tiver prazo de validade estabelecido pelo órgão competente expedidor, excetuando-se os atestados de capacidade técnica.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**19.12.** A presidente poderá relevar omissões meramente formais, desde que não reste infringido o princípio de vinculação a este Edital nos termos da legislação pertinente.

**20.0 DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL**

**20.1** - São partes integrantes deste Edital:

**ANEXO I** – Termo de Referência;  
Especificações dos projetos  
Planilha Orçamentária.  
Cronograma físico financeiro  
Critérios de classificação

**ANEXO II** – Modelos de Declarações;

**ANEXO III**- Minuta de Contrato

**ANEXO IV** – MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE  
PROPOSTA E/OU EXECUÇÃO DE PROPOSTA E CONTRATUAL

PARIPUEIRA/AL, 28 de janeiro de 2019.

José Valter de Lima  
Presidente da CPL



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**ANEXO I –**

Termo de Referência;  
Especificações dos projetos  
Planilha Orçamentária.  
Cronograma físico financeiro  
Critérios de classificação

**(DISPONIBILIZADO EM CD)**





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

•ANEXO II

**DECLARAÇÃO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO**

Razão Social da Licitante: .....	CNPJ: .....
-------------------------------------	----------------

**1. DECLARAÇÕES:**

**1.1.** A licitante **DECLARA**, expressamente que está de acordo com todas as normas e condições deste Edital de Tomada de Preços e seus Anexos;

**1.2.** A licitante **DECLARA**, que o prazo de validade da Proposta de Preços, que não será inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação;

**1.3.** A licitante **DECLARA**, que estão incluídas nesta Proposta de Preços, as despesas com todos os impostos, taxas, encargos sociais, encargos fiscais, encargos previdenciários e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação.

**1.5.** A licitante **DECLARA**, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem FATOS IMPEDITIVOS para sua habilitação no processo licitatório, modalidade Tomada de Preços nº 001/2018, realizado pelo Município de PARIPUEIRA, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**1.6.** A licitante **DECLARA**, para fins do disposto no [inciso V do art. 27 da Lei Fed. no 8.666, de 21.06.1993](#), acrescido pela Lei Federal nº 9.854, de 27.10.1999, regulamentada pelo Decreto n. 4.358, de 05.09.2002, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, nos termos do Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99)

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )

**Obs.:** se a licitante possuir maiores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

**1.7.** A licitante **DECLARA**, que acatará o pagamento da Administração conforme o item **14.** deste Edital, ao tempo que indica os dados bancários da licitante:

BANCO .....	AGÊNCIA .....	Nº DA CONTA .....
----------------	------------------	----------------------

\_\_\_\_\_/AL, ..... de ..... de 2019

.....

Representante legal da Licitante



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**•ANEXO III**

**MINUTA DE CONTRATO POR PREÇO  
GLOBAL QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
PREFEITURA DE PARIPUEIRA/AL E A  
EMPRESA.....**

Pelo presente instrumento, de um lado **O MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 35.561.471/0001-53, com sede na Av. Major Luiz Cavalcante, 147, Centro, Paripueira/AL, CEP 57.935-000, neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, **HAROLDO NASCIMENTO DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito sob o CPF de n.º XXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa XXXXXXXXXX, sediada à XXXXXXXXXX inscrita no CNPJ sob n.º XXXXXXXX, Inscrição Estadual n.º XXXXXXXXXX, neste ato representada por seu Procurador, Sr. XXXXXXXX, RG n.º XXXXXXXX, CPF n.º XXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições do edital de Tomada de Preços N.º XX/2018 e seus anexos e pela Lei n. 8.666/93 e suas alterações estabelecidas nas Leis Federais 8.883/94 e 9.648/98 nos procedimentos para licitação, acordam o presente contrato, de acordo com o que segue:

**•1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- A presente Licitação tem como objetivo a execução de serviços **Contratação de Empresa de Engenharia Civil para xx, conforme especificações inseridas no anexo I (Planilha Contratada) deste instrumento.**

**1.2.** Os serviços deverão atender as normas, especificações e métodos da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas).

**2. CLÁUSULA SEGUNDA– DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO  
CONTRATO**

**2.1.** Para todo e qualquer efeito jurídico, constituem partes integrantes e indissociáveis do presente contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

- a) Edital de Tomada de Preços n.º XX/2018 e seus anexos;
- b) Proposta Comercial da CONTRATADA.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA– DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DO LOCAL DE  
ENTREGA**



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**3.1.** o objeto da licitação será recebido por uma comissão de técnicos da Secretaria Municipal de competente, devidamente designado.

**3.2.** O recebimento dar-se-á mediante termos de recebimento, provisório e definitivo, na forma prevista no contrato.

**3.3.** O objeto da presente licitação somente será recebido, após atendimento de todas as condições estabelecidas neste Edital e demais documentos que o integram.

**4. CLÁUSULA QUARTA- DO VALOR**

**4.1.** O VALOR – O valor global deste contrato é R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

**5. CLÁUSULA QUINTA- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento se fará no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento da Nota Fiscal/Fatura na Sede da Administração do Município de PARIPUEIRA/AL

**5.2.** As medições serão parciais e os pagamentos serão efetuados mensalmente, com base nos valores apurados em medições dos serviços efetivamente executados no período, conforme cronograma, e nos preços unitários constantes do contrato.

**5.3.** As faturas serão, obrigatoriamente, acompanhadas das respectivas folhas de medição e memória de cálculo de quantitativos que conterão o visto da fiscalização.

**5.4.** Ao requerer o pagamento da primeira medição a CONTRATADA deverá anexar a comprovação de registro do Contrato junto ao CREA, nos termos da Resolução n.º 257 de 19.09.78 do CONFEA, sob pena de não receber o pagamento da referida medição.

**5.5.** A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, por ocasião de cada pagamento, a Certidão Negativa de Débito do INSS, o Cadastro Específico do INSS – CEI (caso tenha sido retirado) e o Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, válidos na época. Será, ainda, exigida cópia autenticada das guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações a Previdência Social – GFIP, com respectiva relação dos empregados.

**5.6** A não-apresentação da Certidão Negativa de Débito do INSS (CND) e do Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS, ou sua irregularidade, não acarretará retenção do pagamento, sendo, no entanto, imediatamente comunicada quanto à apresentação de tal documento em até 30 (trinta) dias, sob pena de rescisão contratual e demais penalidades cabíveis. A não-apresentação do CEI será motivo para a glosa do pagamento.

**5.7** Decorrido o prazo acima, persistindo a irregularidade, o Contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

**5.8** Concomitantemente à comunicação à CONTRATADA, a CONTRATANTE oficiará a ocorrência ao INSS, no caso de CND e do CEI a Caixa Econômica Federal, no caso do CRF.

**5.9** A nota fiscal deverá ser fornecida com o mesmo CNPJ da empresa contratada.

**5.10.** Os serviços objeto da licitação deverão estar dentro das especificações admitidas e deverá ser entregue no prazo máximo estipulado no item 3.7 deste instrumento, de forma parcial ou total, a critério da Administração. Ainda que recebido em caráter definitivo, **subsistirá a responsabilidade legal do adjudicatário pela qualidade do objeto fornecido.**



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**5.11.** O embargo do recebimento definitivo do objeto por parte da Administração não implica dilação do prazo de entrega nem servirá de base para justificar qualquer atraso, não acarretando ônus para a Administração.

**5.11.1.** Findo este prazo serão aplicadas às sanções previstas neste ato convocatório e na legislação pertinente.

**5.12** Caso o objeto deste Contrato seja recusado e/ou o documento fiscal apresente alguma incorreção, será considerado como não entregue e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização, observado o prazo disposto neste Contrato, para pagamento.

**5.13** Nas situações onde a CONTRATADA não comprovar a isenção das tributações elencadas nas alíneas *aad* abaixo relacionadas, a CONTRATANTE poderá efetivar a retenção na fonte nos pagamentos efetuados, para produtos e serviços, sobre os seguintes impostos e contribuições:

- Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ;
- Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- Contribuição Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- Programa de Integração Social – PIS/PASEP.

**5.13.1** A retenção será efetuada aplicando-se a alíquota legalmente prevista.

**5.14** Ocorrendo atraso de pagamento por culpa da CONTRATANTE, será procedida a atualização monetária decorrente desse atraso, com base na variação *pro rata tempore* do IGPM (FGV), verificada entre a data prevista para o pagamento e a data em que o mesmo for efetivado.

**5.15** A CONTRATANTE não acatará a cobrança por meio de duplicatas ou qualquer outro título, em bancos ou outras instituições do gênero.

**5.16** Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE não isentam a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades assumidas.

A presente despesa correrá por conta:

<b>Órgão:</b>	
<b>Unidade:</b>	
<b>Classificação Funcional Programática:</b>	
<b>Elemento de Despesa:</b>	

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**7.1.** Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante todo o período de vigência deste contrato;



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**7.2.** Proceder com o pagamento das despesas com pessoal, as naturezas fiscais, os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais, como também cumprir a legislação vigente no que diz respeito a segurança, higiene e medicina do trabalho;

**7.3.** Fornecer a CONTRATANTE a nota fiscal objeto deste contrato e demais documentos necessários ao pagamento, nos prazos e termos descrito neste Edital e seus ANEXOS;

**7.4.** Planejamento nos seus aspectos administrativos e técnicos mantendo instalações necessárias para pessoal, materiais e equipamentos, bem como o local adequado para fiscalização;

**7.5.** Preposto da empresa, profissional devidamente habilitado, cuja nomeação e substituição deverá ser comunicada, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**7.6.** Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução deste contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

**7.7.** Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**8.1.** Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estabelecido;

**8.2.** Fiscalizar a execução deste contrato e subsidiar a CONTRATADA com informações e/ou comunicações úteis ou necessárias ao seu melhor e fiel cumprimento.

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** A aplicação de penalidades à licitante vencedora reger-se-á conforme o estabelecido na Seção II do capítulo IV - Das Sanções Administrativas da Lei nº 8.666/93.

**9.1.1.** Caso a empresa vencedora se recuse a fornecer o objeto contratado, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sendo-lhe aplicada, isolada ou cumulativamente:

- a) advertência, por escrito;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global da contratação;
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**9.2.** A licitante que deixar de entregar, no todo ou em parte, a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**9.3.** Fica estipulado o percentual de 0,25% (vinte e cinco centésimos percentuais) sobre o valor global contratado a título de mora, por dia de atraso no cumprimento de qualquer prazo previsto neste instrumento contratual, independentemente da notificação prevista no subitem 9.3.2., deste contrato;

**9.3.1.** Caso a CONTRATADA não possa cumprir os prazos estipulados, deverá apresentar justificativa por escrito, nos casos previstos nos incisos II e V do parágrafo 1º do art. 57 da Lei 8.666/93, até o vencimento do prazo de entrega do objeto, ficando a critério da CONTRATANTE a sua aceitação;

**9.3.2.** Vencido(s) o(s) prazo(s), a CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA comunicando-a da data-limite.

**9.3.2.1.** A partir dessa data, considerar-se-á recusa, sendo-lhe aplicada à sanção de que trata o subitem 9.4.

**9.4.** Pela inexecução total da obrigação, a CONTRATANTE rescindirá o contrato e aplicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato.

**9.4.1.** Em caso de inexecução parcial da obrigação será aplicado o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor global do contrato.

**9.5.** As multas devidas e/ou prejuízos causados às instalações da CONTRATANTE pela CONTRATADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, recolhidos em conta específica em favor da CONTRATANTE, ou cobradas judicialmente.

**9.6.** Se a CONTRATADA inadimplente não tiver valores a receber da CONTRATANTE, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação oficial, para recolhimento da multa na forma estabelecida no subitem anterior.

**9.7.** A aplicação de multas, bem como a rescisão de contrato, não impedem que a CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 87 da Lei 8.666/93.

**9.8.** A aplicação de quaisquer das sanções relacionadas neste instrumento contratual será precedida de processo administrativo, mediante o qual se garantirão a ampla defesa e o contraditório.



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

**10.1.** A Execução do Contrato reger-se-á pelo Capítulo III - Seção IV - Da Execução dos Contratos, da Lei nº 8.666/93.

**10.2.** A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão com as consequências contratuais previstas em Lei, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93, reconhecendo desde já a CONTRATADA os direitos da Administração previstos no artigo 55, inciso IX, da referida Lei.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA COBRANÇA JUDICIAL**

**11.1.** As importâncias devidas pela CONTRATADA serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato, título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

**12.1.** O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO DA LICITAÇÃO**

**13.1.** O presente instrumento foi lavrado em decorrência da licitação modalidade Tomada de Preços Nº 001/2018, ao qual se vincula, bem como, aos termos da proposta de preços da CONTRATADA, que faz parte integrante desta avença como se transcrito fosse e respectivos anexos do processo administrativo nº 1011-0023/2018.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO DA LICITAÇÃO**

**14.1.** A gestão deste Contrato será feita:

**14.2.** Por parte da CONTRATANTE:

NOME DO GESTOR(A):

CARGO:

TELEFONE:

**14.2.** Por parte da CONTRATADA:

NOME DO GESTOR: .....

TELEFONE: .....



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

FAX: .....  
E-MAIL: .....

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** A CONTRATADA e a CONTRATANTE respondem integralmente, sem qualquer ordem de preferência, pela perfeita execução das cláusulas ajustadas, até o fiel cumprimento do presente contrato.

**15.2.** Qualquer omissão ou tolerância de uma das partes, no exigir o estrito cumprimento dos termos e condições deste contrato ou no exercer qualquer prerrogativa dele decorrente, não constituirá renovação ou renúncia e nem afetará o direito das partes de exercê-lo a qualquer tempo.

**15.3.** As disposições complementares que não criarem ou alterarem direitos ou obrigações das partes, serão formalizadas através de acordos epistolares, assinados por seus representantes credenciados.

**15.4.** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto deste contrato, até o limite estabelecido na Lei 8.666/93 e suas alterações.

**15.5.** O preço acordado neste contrato será fixo e irrevogável durante a vigência contratual.

**15.6.** A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a vigência contratual, em compatibilidade pelas obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório que deu origem a esta contratação.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– DO FORO**

**16.1.** O foro para dirimir qualquer dúvida que – direta ou indiretamente – seja oriunda do presente instrumento contratual é o da comarca da cidade de PARIPUEIRA/Alagoas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem as partes de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual valor, teor e forma para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas, fazendo tudo por bom, firme e valioso, por si e por seus sucessores, a qualquer título, e respondendo pelo veracidade e legalidade dos atos aqui praticados, a qualquer tempo e em qualquer lugar.

**Município de PARIPUEIRA (AL), ..... de ..... de 2019.**





ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

**ANEXO – IV**

**MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA E/OU EXECUÇÃO CONTRATUAL CARTA FIANÇA Nº**

BANCO \_\_\_\_\_

À Prefeitura Municipal de PARIPUEIRA (AL).

REF.: FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DE PROPOSTA E/OU EXECUÇÃO CONTRATUAL

Prezados Senhores:

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o Banco \_\_\_\_\_ com domicílio nesta Capital, na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ inscrito no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por seus representantes legais, abaixo assinados, declara-se fiador e principal pagador da empresa/do consórcio \_\_\_\_\_ com domicílio \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ na cidade \_\_\_\_\_ inscrita(o) no CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_ até o limite de R\$ \_\_\_\_\_ (extenso), para efeito de garantir o cumprimento das obrigações do Contrato Nº \_\_\_\_\_, decorrente do processo licitatório Tomada de Preços Nº 001/2019, cujo objeto é a **Contratação de Empresa xxxxxxxxxx, no Município de PARIPUEIRA (AL)**

A fiança, ora concedida, assegura a garantia necessária à **Proposta e/ ou Execução** do contrato correspondente, por parte da empresa afiançada, inclusive no prazo em que for convocada pelo Município de PARIPUEIRA para a sua assinatura, e o valor da fiança presentemente concedida poderá ser recebido por essa empresa, a qualquer tempo, independentemente de autorização da afiançada, de ordem judicial ou extrajudicial, ou ainda, de qualquer prévia justificação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da solicitação, feita por escrito pelo Município de PARIPUEIRA (AL).

Este Banco renúncia, expressamente, aos benefícios estatuídos no artigo 827 do Código Civil Brasileiro, e declara sob as penas da Lei que:

- Está legal e estatutariamente autorizado a assinar a presente Carta de Fiança.
- Esta fiança acha-se devidamente contabilizada, satisfazendo todas as exigências da legislação bancária, regulamentações e determinações do Banco Central, aplicáveis à espécie.
- O Fiador e principal pagador não está ligado a nenhum grupo da empresa afiançada. - O valor da presente fiança se contém dentro dos limites permitidos por aquele órgão federal.

A presente Fiança Bancária vigorará pelo prazo de \*\* (\_\_\_\_\_) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, prorrogável automaticamente por iguais períodos, até a consecução das obrigações contratuais e desde que liberada mediante comunicação por



ESTADO DE ALAGOAS  
MUNICÍPIO DE PARIPUEIRA

escrito, dessa empresa. Constituirá, também, prova suficiente para desobrigar o fiador do compromisso assumido, a devolução da via original desta Carta de Fiança. São Paulo,

BANCO \_\_\_\_\_ ASS.: \_\_\_\_\_

OBS 1: O modelo acima servirá tanto para a GARANTIA DA PROPOSTA (requisito de habilitação – que deverá ser observado por todos os licitantes) e para o vencedor da Proposta, como garantia contratual (requisito para celebrar o contrato)

OBS 3: O percentual aplicado para a Garantia da Proposta será de 1% do valor estimado da contratação, enquanto que a Garantia Contratual será de 5% do valor global contratado e esta deverá ser apresentada **apenas** pelo vencedor do certame.